



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requer a realização pela Comissão de Educação e Cultura de audiência pública destinada a debater a instituição de bônus educacionais e financeiros que visem melhorar o ensino de forma generalizada e não apenas localizada.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais – Art. 32, IX, a -- , solicito a realização, pela Comissão de Educação e Cultura, de audiência pública destinada a debater a instituição de bônus educacionais e financeiros sob o prisma da melhoria do ensino de forma generalizada e não apenas localizada.

Para falar sobre esse tema que frequenta tanto as discussões dos periódicos especializados quanto as formulações do novo Plano Nacional de Educação, sugiro que seja convidada uma das maiores especialistas em encontrar e disseminar opções eficazes que energizam de forma sustentada escolas-modelo, a socióloga e educadora Maria Alice Setúbal.

Justificativa

De forma bastante inusual, mas muito bem-vinda, o tema da educação tem rivalizado com os assuntos político-econômicos em sua exposição pela mídia. Os editoriais evidenciam as diversas concepções sobre o que os grupos formadores de nossa nacionalidade entendem ser mais adequado para a nossa atual realidade.

Numa discussão dessa magnitude – que, afinal de contas, define os rumos de uma nação --, não há como escamotear as diversas visões de mundo acerca do assunto. Num ponto, porém, em nível abrangente todos são acordes: o crescimento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

da economia brasileira está atrelado ao incremento da educação em todos os níveis, notadamente nos ensinos Fundamental e Médio. Para fazer andar essa relação biunívoca, exigem-se na ponta do ensino profissionais motivados. Os professores são os principais agentes dessa transformação. Sem eles, todos concordam, tudo o mais será em vão, como comprovam os inúmeros planos postos em ação desde sempre.

Nesse sentido, países (Canadá e Finlândia) e cidades (Xangai, na China) bem sucedidos no Pisa (avaliação educacional internacional) têm encontrado soluções não apenas para reverter situação educacional calamitosa, mas também para manter níveis de excelência arduamente conquistados.

Entre essas ações, como em programas semelhantes mundo afora, estão a valorização dos profissionais do magistério. As citadas unidades, porém, teimaram em remar contra a maré e encontraram solução diferenciada para essa crucial questão. Talvez por isso tenham sido tão exitosos. Assim, ao invés de simplesmente adotarem mecanismos de incentivo financeiro (bônus) para atrair os melhores profissionais – o que geraria ilhas de excelência em detrimento de todo o resto --, os gestores educacionais criaram comitês setoriais com professores de ponta que se encarregam de disseminar seu *modus operandi* aos demais colegas. Paralelamente, os bônus são direcionados àqueles profissionais que obtêm melhoria de rendimento dos alunos localizados em áreas críticas de aprendizagem. Com isso, não ocorrem bolsões significativos que desnivalem a qualidade pretendida.

A experiência internacional aliada a casos de sucesso aqui no Brasil comprova que a meritocracia por si só não consegue melhorar de forma sistêmica o nível de ensino. Ela só ocorre se acompanhada do compromisso ético do envolvimento de cada professor com sua turma e de uma adequada calibragem da superestrutura do ensino em prol de um crescimento homogêneo da rede escolar.

Para se chegar a isso, é preciso recrutar os profissionais vocacionados e melhor preparados do mercado. Essa atração ocorre mediante plano de carreira e remuneração condigna, a par da oferta de infraestrutura e material didático adequados. Sem falar, obviamente, na constante atualização pedagógica tanto de métodos de ensino quanto dos próprios profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Transpor para o Brasil modelos vitoriosos, no entanto, não basta. Muito menos adotar os procedimentos da livre-empresa, que privilegia a competição em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

desfavor da cooperação. A escola que funciona no Brasil é a que não violenta nossa índole, buscando adaptar conteúdos que gerem significados para nossos alunos. Como dizia Paulo Freire, “Ler o mundo, antes de ler a cartilha”. É, portanto, imprescindível que saibamos harmonizar a competição com a cooperação, o que, na verdade, espelha a organização da vida em sociedade. Nessa, a sobrevivência exige o desenvolvimento de nossos talentos, aí incluída a habilidade de se inter-relacionar com os outros. Agir de forma a privilegiar um ou outro desses fatores seria soterrar os princípios em que se assenta a civilização.

Sala das Sessões, 26 de março de 2012.

Deputado Newton Lima
(PT-SP)